



**IDEC - INSTITUIÇÃO DIAMANTINENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA
FACULDADES INTEGRADAS DE DIAMANTINO - FID
PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

PROJETO PEDAGOGICO INSTITUCIONAL

PPI/FID

2016/2020



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	3
2. HISTÓRICO.....	3
3. INSERÇÕES REGIONAIS	6
1. DEMANDA DO ENSINO MÉDIO	7
4. AVALIAÇÃO DA DEMANDA DA INSTITUIÇÃO.....	8
5. MISSÃO.....	9
6. DIRETRIZES E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	9
7. POLÍTICAS PARA O ENSINO	14
8. POLÍTICAS PARA AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	17
9. POLÍTICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO	19
10. POLÍTICAS DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO.....	24
11. POLÍTICAS PARA A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	26
12. MECANISMOS DE NIVELAMENTO	28
13. POLÍTICAS DE APOIO AO DOCENTE.....	29
14. POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	32



1. APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) das FID foi reformulado no ano de 2016, tendo como referencial o Regimento Acadêmico (1986) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (2016/2020). O PPI é, portanto, um documento, de orientação acadêmica, das **Faculdades Integradas de Diamantino – FID**, constituído de propósitos, a partir das bases regimentais desta IES.

A redação de um Projeto Pedagógico Institucional (PPI) além de envolver representantes multidisciplinares em sua construção permite apresentar publicamente os princípios norteadores do funcionamento do curso e contribuir para organizar as atividades dentro de orientações coerentes e bem fundamentadas. Pretende dar coerência e unidade às relações entre área de atuação do curso, estratégias pedagógicas, estrutura curricular, elenco de disciplinas, qualificação docente e métodos de avaliação.

Nessa concepção a FID define a composição filosófica dos currículos a partir da elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) respeitando o contido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), neste Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e nas normas disciplinares expressas no Regimento Acadêmico buscando atingir o perfil esperado do egresso;

Entendendo a função social do PPI, este documento se consolida como um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que norteia o fazer pedagógico desta Instituição de Ensino Superior, resultando no exercício reflexivo que aponta para mudanças necessárias a serem vividas por administradores, diretores, coordenadores, educadores e educandos. Neste sentido, todos os sujeitos envolvidos no processo devem fazer uso do exercício dialógico intra e interpessoal, possibilitando assim a formação de profissionais com uma visão abrangente do mundo contemporâneo e do papel da educação superior nos espaços micro e macro da comunidade em que esta IES está inserida, contribuindo, assim para a integração e participação do graduando e também do já graduado no mundo globalizado.

2. HISTÓRICO



IDEC - INSTITUIÇÃO DIAMANTINENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA
FACULDADES INTEGRADAS DE DIAMANTINO - FID
PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

As Faculdades Integradas de Diamantino, fundada em 1986, são frutos das reflexões sociais de professores e gestores da Região Médio Norte do Estado de Mato Grosso, que preocupados com a formação dos atores responsáveis pelo desenvolvimento sócio-econômico, promoveram as possibilidades da implantação da Instituição.

A FID foi criada em função das dificuldades dos jovens da Região Médio Norte do Estado que, ao concluir o Ensino Médio, não possuíam condições de graduar-se em cursos superiores, havendo para tanto a necessidade de se deslocarem mais de 200 km até Cuiabá ou para o Município de Jales no interior do Estado de São Paulo.

Aos 14 dias do mês de outubro de 1986, foi registrado o Estatuto Social da Instituição Diamantinense de Educação e Cultura no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Diamantino, sob nº 1.520 do livro A-1. Este era o primeiro passo para a fundação das Faculdades Integradas de Diamantino que se tornou realidade três anos depois, em 1989, com o primeiro vestibular oferecendo 50 (cinquenta) vagas no Curso de Administração e 160 (cento e sessenta) vagas no Curso de Pedagogia.

A FID funcionou inicialmente nas dependências da Escola Municipal de 1º Grau “Marcelo Moreira”, sito a Rodovia Roberto Campos, Km 1 no Bairro Novo Diamantino, cidade de Diamantino/MT., em regime de Contrato de Comodato. Em 1992 iniciou-se a construção de sua atual sede própria, sito à Rua Almirante Batista das Neves, nº 1.112, Bairro Centro, em Diamantino/MT, e já no ano seguinte, 1993, passou-se a ocupar um novo prédio estruturado com 8 (oito) salas de aulas amplas e arejadas e demais dependências administrativas.

O prédio foi ampliado e um novo bloco veio abrigar a biblioteca, o laboratório de computação, a sala dos professores, a diretoria pedagógica e administrativa, o departamento de pessoal e financeiro, as chefias de Coordenações e a secretaria. Foi também inaugurada nesse período de transição uma quadra de esporte poli esportiva.

O Decreto Presidencial nº 97.678 de 20/04/1989, publicado no D.O.U. em 21/04/1989, credenciou as Faculdades Integradas de Diamantino e autorizou o funcionamento do curso de Administração. O Curso de Administração foi Reconhecimento pela Portaria Ministerial nº 1.553 de 22/12/95, publicada no D.O.U de 26/12/95. A Renovação do Reconhecimento do Curso de Administração se deu em conformidade com a Portaria Normativa nº 4 de 05/08/2008 Art 2º§ 3º do ENADE no ano de 2012.

O Decreto Presidencial nº 98.868 de 23/01/1990, publicado no D.O.U em 24/01/1990 Autorizou o funcionamento do Curso de Pedagogia, com habilitações em Magistério das Disciplinas Pedagógicas do 2º grau , Administração Escolar, para exercício nas escolas de 1º e 2º graus, Supervisão Escolar, para exercício nas escolas de 1º e 2º graus e Orientação Educacional. O Curso de Pedagogia e suas habilitações foram Reconhecidas pela Portaria nº 20 de 08/01/1997, publicada no D.O.U. de 08/01/1997. O curso de Pedagogia e suas habilitações foram Renovados o seu Reconhecimento em 2006, através da Portaria/MEC nº



IDEC - INSTITUIÇÃO DIAMANTINENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA
FACULDADES INTEGRADAS DE DIAMANTINO - FID
PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

113 de 30/05/2006, publicada no D.O.U. nº 104 em 01/06/2006., selando o esforço dos concluintes de anos anteriores e ganhando a confiança dos futuros ingressantes dos Cursos.

Em 05/03/99 através da Portaria n.º 375 publicada no D.O.U. de 09/03/99, foi autorizado o funcionamento do Curso de Ciências Contábeis com 80 (oitenta) vagas, sendo que o seu primeiro vestibular ocorreu em abril de 1999. Posteriormente, para atender a demanda da região, foram acrescidas 40 (quarenta) vagas no curso de Ciências Contábeis e 12 (doze) vagas para o curso de Administração. Totalizando assim 120 (cento e vinte) e 62 (sessenta e duas) vagas respectivamente. O curso de Ciências Contábeis foi reconhecido pela Portaria Ministerial nº 4.474 de 22 de dezembro de 2005, publicada no D.O.U. de 23/12/2005. A Renovação do Reconhecimento do Curso de Ciências Contábeis se deu em conformidade com a Portaria Normativa nº 4 de 05/08/2008 Art 2º§ 3º do ENADE no ano de 2012.

Em 12/01/2.006 através da Portaria nº 103 publicada no D.O.U. de 13/01/2.006, foi autorizado o funcionamento do Curso de Sistemas de Informação com 90 (noventa) vagas totais anuais, no turno noturno, em turmas de, no máximo 45 (quarenta e cinco) alunos, sendo que seu primeiro vestibular ocorreu em março de 2006. O curso de Sistemas de Informação foi reconhecido pela Portaria SERES nº 92, de 15 de Junho de 2012 e publicado no D.O.U. em 15/06/2012.

Em 17/11/2.006 através da portaria Ministerial nº 932 publicada no D.O.U. de 20/11/2.006 foi autorizado o funcionamento do Curso de Letras com habilitação Português Inglês e Português Espanhol e suas respectivas literaturas com 60 (sessenta) vagas totais anuais, no turno noturno em turmas de, no máximo 30 (trinta) alunos sendo que o seu primeiro vestibular ocorreu em Dezembro de 2.006. O curso de Letras com Habilitação em Português e Espanhol e suas respectivas literaturas foi reconhecida através da Portaria SERES nº 45, de 22 de maio de 2012 e publicado no D.O.U. em 24/05/2012. O Curso de Letras com Habilitação em Português e Inglês e suas respectivas literaturas foi Reconhecida através da Portaria SERES nº 270 de 13/12/2012, publicado no D.O.U em 13/12/2012.

A FID tem como meta principal um Ensino de qualidade e uma educação globalizante. Essa realidade pode ser observada na prática de todos os envolvidos no processo de Ensino-Aprendizagem que partilham suas experiências enriquecendo-as mutuamente a partir das diferenças individuais e o incentivo contínuo ao crescimento profissional de todos. O reflexo desse empenho profissional concretiza-se ação dos nossos egressos e na credibilidade regional desta Instituição.

3. INSERÇÕES REGIONAIS

A FID atua em várias áreas do conhecimento por meio dos seus cursos, programas e Projetos. Geográfica e economicamente, o município de Diamantino exerce influência sobre as cidades da região. Com o funcionamento da FID, na década de 80 e a conseqüente formação do pólo de educação, o grau de influência de Diamantino na região ficou mais forte e pujante. São 11 (onze) municípios da região que mantêm relações mais estreitas e estão na área de influência de Diamantino.

Quadro – 1 Municípios que compõem a região médio norte.

1. MUNICÍPIO	DISTÂNCIA ATÉ DIAMANTINO (Km)	POPULAÇÃO
Diamantino	-	21.180 hab.
Alto Paraguai	20	10.814 hab.
Nortelândia	48	5.971 hab.
Arenópolis	55	9.576 hab.
Santo Afonso	80	3.044 hab
Nova Marilândia	75	3.133 hab.
Denise	95	9.040 hab.
Nobres	60	14.938 hab.
Rosário Oeste	80	17.016 hab.
São José do Rio Claro	125	19.395 hab.
Nova Maringá	185	7.975 hab.
Nova Mutum	130	41.178 hab.

População Regional

163.260

NOTAS

(2) População retificada em 12/09/2016, em virtude da correção do processamento de alteração de limite territorial dos municípios.



**IDEC - INSTITUIÇÃO DIAMANTINENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA
FACULDADES INTEGRADAS DE DIAMANTINO - FID
PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

1. DEMANDA DO ENSINO MÉDIO

Anualmente, perto de dois mil alunos concluem o Ensino Médio, cuja formação os habilitam para o ingresso no Ensino Superior.

A demanda reprimida é crescente e requer em curto prazo, a abertura de novos cursos e novas vagas, para se efetivar o acesso e a permanência de novos estudantes ao Ensino Superior.

Quadro 2- Número de alunos concluintes do Ensino Médio – 2008 / 2015.

1. MUNICÍPIO	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Diamantino	385	400	398	198	188	198	203	246
Alto Paraguai	105	106	103	116	98	102	158	126
Nortelândia	126	130	135	145	138	152	79	75
Arenápolis	212	220	235	374	303	315	94	153
Santo Afonso	103	115	120	31	27	19	46	63
Nova Marilândia	99	115	120	98	105	110	44	46
Denise	199	220	200	198	196	204	202	145
Nobres	246	253	260	156	189	170	210	198
Rosário Oeste	224	210	220	200	203	205	266	243
São José do R.C	230	235	238	200	212	221	115	176
Nova Maringá	112	118	100	42	43	63	35	21
Nova Mutum	270	278	325	380	436	383	331	340
TOTAL	2.311	2.400	2.454	2.138	2.138	2.142	1.417	1.471

Fonte: Coordenações Pedagógicas e Secretarias Municipais.

2. AVALIAÇÃO DA DEMANDA DA INSTITUIÇÃO

PARÂMETRO: CONCLUINTES DO ENSINO MÉDIO

A FID atende alunos dos municípios de Diamantino, Alto Paraguai, Nortelândia, Arenápolis, Santo Afonso, Nova Marilândia, Denise, Nobres, Rosário Oeste, São José do Rio Claro e Nova Maringá e Nova Mutum e por achar-se a cidade de Diamantino localizada em um eixo geográfico que serve essas cidades com mais comodidade, pois as cidades de Cuiabá e Tangará da Serra, dois pólos de Ensino do Estado, estão localizadas mais distantes do pólo educacional de Diamantino.

O deslocamento (ida e volta) dos acadêmicos até a Instituição, em Diamantino é feito através de ônibus Escolares, cedidos pelas Prefeituras Municipais em parceria com a FID, cuja iniciativa evita a incidência de gastos adicionais com moradia e alimentação.

Para ressaltar a distribuição da demanda, observa-se como tendência que nos cursos oferecidos pela FID (Administração, Ciências Contábeis, Pedagogia e Sistemas de Informação e Letras), a maioria das vagas é destinada a alunos residentes nos municípios vizinhos, conforme quadro:

3.4. NÚMERO DE MATRÍCULAS POR ANO E CURSO DE 2011 A 2015.

CURSOS	2011	2012	2013	2014	2015
ADMINISTRAÇÃO	174	164	149	116	130
PEDAGOGICA	66				
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	246	228	223	179	150
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	102	102	118	53	55
LETRAS	102	91	105	59	63
1. TOTAL	690	585	595	407	398

Conforme se observa a FID possui atualmente 398 acadêmicos, sendo que 238 ou 60 % são provenientes de outros municípios circunvizinhos, reforçando assim o conceito de que Diamantino é o Pólo Educacional da Região.

2. MISSÃO:

Construir, organizar e socializar o conhecimento, de modo a contribuir com o desenvolvimento do Estado e do País, promovendo a formação, qualificação, inserção de profissionais críticos e reflexivos no mercado de trabalho, capazes de integrar, saber e praxes, por meio de princípios sustentáveis.

3. DIRETRIZES E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS:

O Projeto Pedagógico Institucional, como instrumento que firma as políticas desenvolvidas para a sustentação do projeto educacional das FID é um instrumento de gestão que explicita a missão, os objetivos e finalidades institucionais a partir de desenvolvimento de ações culturais e científico decorrente de construção coletiva, deverá englobar o conjunto de atividades

vivenciadas pelo aluno, durante o período de sua formação, e pressupõe adoção dos seguintes princípios:

I – Concepção programática de formação e desenvolvimento da pessoa humana tendo em vista:

- Os pressupostos axiológico-éticos que deverão perpassar todos os níveis da relação educacional, através da prática dos princípios éticos e do respeito à dignidade humana, objetivados em posturas pedagógicas que articulem os conhecimentos e a adesão dos valores cristãos e morais à conduta social;
- A dimensão sócio-política, através da abordagem crítico-reflexiva da realidade do conhecimento, refletindo-se nas situações de ensino-aprendizagem direcionadas ao desenvolvimento de capacidade e habilidades capazes de instrumentalizar a participação solidária e co-responsável no contexto social;
- A dimensão sociocultural, otimizada em situações de ensino-aprendizagem apropriadas ao diálogo através das várias estruturas simbólicas que permitem aos indivíduos e grupos sociais compreender e expressar o real;
- A dimensão técnico-científica, evidenciada pelo domínio dos fundamentos científicos vinculados ao conteúdo de cada Curso, de modo a desenvolver a capacidade criativa de aperfeiçoar os processos tecnológicos que sustentam o desenvolvimento econômico e social;
- A dimensão técnico-profissional, envolvendo conhecimentos técnicos e práticas e específicas da profissão, articulados com os recursos e métodos de ensino-aprendizagem, com vistas ao aperfeiçoamento de habilidades, capacidades e competências necessárias ao exercício da profissão;

II – Articulação de Estrutura, Disciplinas e Atividades Curriculares, voltadas à dinâmica da realidade, ao trabalho e à função social da Instituição, observando:

- Atender as necessidades de transformação social, intervenção responsável e participação solidária;
- Assegurar contínua atualização quanto às exigências de desenvolvimento cultural, científico e tecnológico;
- Atender ao disposto na legislação educacional e profissional vigente;
- Manter coerência em relação ao mercado e ao universo do trabalho.

III – Tratamento das Disciplinas e Atividades Acadêmicas, bem como sua estrutura e operacionalização, com flexibilidades, de modo que:

- As práticas e experiências pedagógicas, sociais e profissionais assistidas e/ou supervisionadas tenham espaços reservados;
- O intercâmbio discente com outras instituições de ensino, regionais, nacionais e internacionais, seja oportunizado;
- As necessidades e interesses dos alunos sejam contemplados e valorizados;
- Os alunos participem do seu processo de desenvolvimento humano e profissional, como sujeito co-responsável.

IV – Preservação da harmonia e do equilíbrio das diferentes disciplinas e atividades que compõem o currículo, no que respeita a encadeamento, distribuição, seqüência, carga horária e regime de funcionamento;

- Ação articulada e cooperativa dos professores enquanto principais agentes responsáveis pela efetivação do Projeto Pedagógico dos Cursos e participação conjunta dos alunos e egressos, no seu processo de desenvolvimento humano e profissional de forma contínua e autônoma.
- Ações Norteadoras;



IDEC - INSTITUIÇÃO DIAMANTINENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA
FACULDADES INTEGRADAS DE DIAMANTINO - FID
PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

1. Política de formação: de acordo com os termos do Projeto Pedagógico Institucional das FID e da legislação vigente.
2. Definição por parte da instituição, de critérios de avaliação permanente, critérios de qualidade de formação de profissionais.
3. Expectativa de formando: definição dos atributos que deve ter o profissional hoje no mercado de trabalho.
4. Lógica que preside o currículo: Definição de expectativa quanto ao aluno ingressante (carências e potenciais), princípios de ordenação das disciplinas, diferencial esperado entre o ingressante e o formando.
5. Atribuições administrativas: Papel do Diretor Geral, do Coordenador do Curso, do Colegiado, (tendo como referência o Regimento Acadêmico das FID e especificando as prioridades afetas ao Curso).
6. Fundamentação teórica geral: concepções de ensino, de relação professor/aluno, de integração entre as várias disciplinas, expostas com fundamentação bibliográfica e precisão conceitual.
7. Política de articulação entre pesquisa/ensino/extensão: relações previstas na Instituição entre as atividades de pesquisa desenvolvidas nas FID e a formação nas disciplinas regulares, e destas em relação às atividades de extensão voltadas para a comunidade.
8. Expectativa de produtividade: nível de rendimento médio esperado dos alunos, atividades extracurriculares, produção discente, produção docente, estratégias para superar problemas de evasão e de matrículas fora da seqüência curricular aconselhada, situação dos egressos e programas de nivelamento discente.
9. Articulação: relações do Curso com outros Cursos oferecidos nas FID, bem como outros cursos afins e instituições congêneres, integrando graduação e pós-graduação.

As FID entendem que o mundo atual exige uma educação ampla e contínua, que proporcione a formação humana plena e holística, em que, além da capacitação profissional, das competências e das habilidades, o homem possa conhecer e absorver valores éticos e morais, imprescindíveis para o exercício pleno de sua cidadania e construção de uma sociedade mais igualitária, justa e pacífica. Dessa forma, a FID reconhece como relevantes e indispensáveis os quatro pilares básicos da educação, apresentados no Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI:

- *Aprender a conviver*, proporcionando a convivência pacífica entre os povos e a busca de soluções comuns para os problemas que afligem a humanidade;
- *Aprender a ser*, gerando o fortalecimento da responsabilidade pessoal na realização do destino coletivo;
- *Aprender a Conhecer*, desenvolvendo uma cultura geral ampla que possibilite uma educação permanente;
- *Aprender a Fazer*, ampliando o conceito de formação, como algo que excede o aprendizado de uma profissão e requer a aquisição de competências e habilidades para fazer frente a numerosas situações, algumas imprevisíveis.
- O conhecer centrado no homem, principal objeto de sua aprendizagem, se torna algo mais pleno, pois compreende todo o aprendizado sobre o objeto profissional, o desenvolvimento de valores éticos, morais e humanos e, principalmente, o desenvolvimento de competências e habilidades que conjugadas serão indispensáveis no contexto profissional.
- O docente das FID deve ser além de empreendedor, criativo, profissional de sucesso e conceituado no mercado de trabalho local e quiçá nacional ou internacional deve ser também aquela pessoa dotada de íntegro comportamento, de pensamento ético e portador de princípios religiosos.

- As FID seguindo a Constituição Federal do Brasil e respeitando os direitos fundamentais do homem, refuta preconceitos relacionados ao sexo, a raça, ao credo, acolhendo aquele que apresente na seleção, maior competência para o desempenho do magistério em seus cursos.
- Em consonância com a legislação do ensino vigente, o corpo docente deve ser constituído por um mínimo DE, **33%** dos docentes com titulação obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*, com pelo menos, **45%** dos docentes contratados em regime de tempo parcial ou integral.

4. POLÍTICAS PARA O ENSINO

- Para a Graduação

A FID concentrará a maior parte de suas ações na Graduação, mediante a oferta de cursos na várias áreas de formação profissional, nas modalidades de bacharelado, licenciatura e graduação tecnológica.

A expansão na Graduação está prevista de forma gradativa e planejada, buscando atender aos interesses e necessidades da sociedade bem como a consolidação dos cursos já existentes, elevando, sempre, seus padrões de qualidade, considerando os seguintes princípios:

- -Revisão e atualização semestral dos conteúdos visando identificar para cada semestre quais capacidades, quais atributos intelectuais, quais habilidades de solução de problemas devem ser desenvolvidas
- - Disponibilizar de parte do currículo do curso na forma de atividades com relação às quais, existe a possibilidade de escolha por parte do aluno de acordo com alinha de formação com a participação e supervisão do Colegiado na definição da oferta. Essa disponibilização será formulada como estabelecimento sistemático de propostas de atividades complementares.
- -Vivência das atividades complementares. Entre as modalidades de atividades, podem ser contempladas as seguintes formas: participação em eventos, atuação em núcleos temáticos, atividades de extensão; estágios extracurriculares; atividades de iniciação científica e de pesquisa; publicação de trabalhos;

participação em órgãos colegiados; monitoria; outras atividades a critério do Colegiado.

- Incentivo as atividades de produção técnico-científica (desenvolvimento de software educativo e tradução de textos, por exemplo), bem como ações sociais (horas e serviços comunitários em hospitais, asilos, creches, presídios, entre outros).
- Flexibilização das condições de aperfeiçoamento na sua formação de acordo com suas convicções, e para o curso, que vence a estagnação e se comunica de maneira mais direta com as demandas acadêmicas e sociais do momento presente (1).
- -horizontalização, envolvendo disciplinas diferentes em um mesmo semestre.
- -verticalização, envolve disciplinas em seqüência.

O estabelecimento de cadeias de conexões horizontais e verticais entre disciplinas incentiva o apoio recíproco entre docentes, dinamiza a aprendizagem e remove a impressão de que as matérias são estanques entre si.

É necessário a articulação entre o PPI e as reformas curriculares, de modo que as orientações gerais do curso estejam em coerência com os princípios de implantação do currículo. Essa coerência assegura que a ordenação dos conteúdos corresponda a uma expectativa de formação profissional em que competências e habilidades sejam claramente desenvolvidas.

7.2. - Para a Pós-Graduação:

Os cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* impõem-se como resultante natural da velocidade do progresso das ciências e das tecnologias que, gerando acúmulo de conhecimentos, exige formação, quer acadêmica quer profissional, para além da graduação universitária.

Nesse sentido, FID pretendem oferecer cursos de Pós-Graduação *Lato-Sensu* (especialização ou aperfeiçoamento) voltados para diferentes públicos, em domínios científico, técnico e tecnológico nas áreas de formação profissional já oferecidas em nível de graduação.

7.3. - Para Pesquisa e Extensão:

A pesquisa científica é social por natureza. Seu fundamento é de base histórica e se apóia nos conhecimentos verdadeiros existentes na época. O pesquisador de cada momento histórico incorpora-se a esse movimento cultural, e a si o conjunto de idéias que a sociedade lhe oferece. A sociedade é a fonte das exigências dos problemas objetivos que despertarão o interesse do pesquisador.

Esse movimento de pesquisa, que também está se voltando para o ensino, deixa de ser privilégio de grupos de pesquisadores. Acredita-se que seja possível melhorar o ensino pela qualidade da pesquisa enquanto metodologia e enquanto seu objeto combatendo a atitude daqueles que copia e reproduz, criando condições para desenvolver no aluno atitudes de aprender pela elaboração própria.

A aula que apenas repassa conhecimento, ou a escola que somente se define como socializadora de conhecimento, não sai do ponto de partida, e, na prática atrapalha o aluno, porque o deixa como objeto de ensino e instrução, vira treinamento. (PENNIN, 1994).

O ensino pela pesquisa, na concepção do curso da FID é um processo que objetiva entrar em contato com realidades desconhecidas ou pouco conhecidas, revelando suas características e peculiaridades, observando critérios específicos e com uma metodologia de trabalho.

No campo acadêmico utiliza-se a pesquisa como forma de entrar em contato com o ainda não-conhecido, estabelecer relações com o conhecimento pré-existente e fazer a incorporação do novo. A esse processo pode-se denominar, em termos específicos, como busca do conhecimento e, em termos amplos, como o processo educativo.

Os projetos de pesquisa operacionalizam os conteúdos curriculares de maneira integrada, sistêmica, proporcionando, como resultado, uma educação interdisciplinar e uma visão de mundo integrada e não mais fragmentada como ocorre no ensino tradicional.

Assim, destacamos que o ensino precisa da pesquisa para oxigená-lo, aprimorá-lo e inová-lo, pois, ao contrário, corre o risco da estagnação; o ensino necessita da extensão para levar seus conhecimentos à comunidade e complementá-los com aplicações práticas.

A extensão precisa dos conteúdos, dos acadêmicos e dos professores para ser efetivada. A extensão necessita da pesquisa para diagnosticar e oferecer soluções para problemas diversos com os quais irá deparar-se, bem como para que esteja constantemente se atualizando.

A pesquisa apóia-se nos conhecimentos detidos pelo ensino, como base de partida para novas descobertas. Além disto, a pesquisa depende do ensino e da extensão para difundir e aplicar sua produção e, assim, indicar-lhe os novos rumos a seguir.

7.4. - Para a Ação Didático-Pedagógica

A FID entende que o atendimento ao docente e ao discente como suporte a aprendizagem é de fundamental importância para a consecução da proposta pedagógica institucional. Dessa forma, busca através do apoio pedagógico promover o suporte a o processo de ensino aprendizagem dos diversos Cursos da FID. Para tanto, instituiu a Coordenação do Curso, órgão de apoio aos docentes e discentes, para viabilizar o processo de ensino aprendizagem, bem como, para gerenciar conflitos pedagógicos no âmbito da instituição.

5. POLÍTICAS PARA AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

De acordo com as diretrizes curriculares nacionais, as Atividades Complementares se inserem como componentes obrigatórios na formação do egresso. Dessa forma, é preciso organizar uma oferta diversificada dessas atividades no âmbito de cada Curso de Graduação, bem como, definir os instrumentos de seu acompanhamento e avaliação para a sua plena realização.

As atividades transversais e interdisciplinares de formação específica e de natureza prática, optativas em seu elenco de ofertas, mas obrigatórias no cumprimento da carga horária curricular destinada às mesmas envolvendo iniciação à pesquisa e prática investigativa, iniciação à produção científica, atividades de extensão e eventos e monitoria.

I	Monitoria
II	Extensão
III	Iniciação Científica
IV	Pesquisa Investigativa
V	Convenções /Seminários

8.1. - Iniciação à pesquisa e prática investigativa

Semestralmente serão oferecidos estudos a título de pesquisa e práticas investigativas atividades acadêmicas realizada na área de interesse do aluno e de evidência comunitária demonstrada em pesquisa junto à comunidade.

Para as pesquisas prevemos:

- a realização de convênios com agências nacionais ou estrangeiras, visando a programas de investigação científica;
- o intercâmbio com instituições científicas, estimulando o contato de professores e desenvolver projetos comuns;
- a divulgação dos resultados de pesquisas realizadas,
- a promoção de congressos, simpósios, seminários para o estudo e debate de temas científicos, bem como a participação em iniciativas semelhantes de outra instituição.

8.2. - Extensão, capacitação e aperfeiçoamento

Cursos extracurriculares de nivelamento, capacitação e aperfeiçoamento serão oferecidos, paralelamente e/ou concomitantemente, ao longo do curso, à partir do 1º semestre letivo do mesmo, em horários diversificados, de maneira a estimular a atualização de conhecimentos, alimentar o fluxo de informações e aumentar o nível da comunicação entre a IES, o aluno e o mundo que o circunda, abrindo seus horizontes pessoais para uma tomada de ação empreendedora.

Entre os cursos prevê-se a oferta do nivelamento em língua portuguesa já para o 1º semestre letivo do curso.

8.3. - Ações e/ou cursos de extensão e eventos

Oficinas Pedagógicas e ações educativas junto a comunidade carente serão objeto de atenção, envolvendo alunos e docentes.

Eventos como Fóruns e Seminários serão realizados, na proporção de 2 por semestre, de maneira que a carga horária prevista para as atividades complementares sejam executadas.

Ainda para aumentar as opções de escolhas, serão oferecidas Palestras Educacionais que ensejarão conhecimento prático, além de visitas e estudos de caso e dinâmicas extraclasse, com Gincanas e Workshop Didático.

Programas de Jogos e Brincadeiras educativas também estarão previstos nos eventos.

8.4. - Monitoria

Merecendo regulamento específico é previsto a inserção do Programa de Monitoria à partir do segundo semestre letivo do curso. Este programa visará inserir o aluno na vivência didática, elevando o espírito vocacional do mesmo para a docência. As atividades serão acompanhadas pelo docente da disciplina em que o aluno fará a Monitoria.

Na realização da Monitoria o aluno estará cumprindo parte da carga horária prevista para atividades complementares, não podendo exceder a 40 horas o total da carga horária destinada a essa atividade.

6. POLÍTICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso TCC - contempla o momento de reflexão e elaboração científica do formando. Para tanto, os diversos Projetos Pedagógicos de Curso prevêem a realização de trabalhos científicos finalizadores dos cursos de graduação.

Ao longo do curso, estabelecemos mecanismos de orientação, acompanhamento e avaliação das atividades relacionadas à produção do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, sendo essas apresentadas e culminadas com a elaboração a partir da 6ª etapa de estudos.

O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC é uma atividade individual que revela a capacidade do aluno de aplicar, com rigor e competência, alguns ou vários instrumentos de análise, próprios ao campo da pesquisa interdisciplinar.

Esse Projeto deve estar caracterizado pelos conteúdos da área do curso e pelas concepções científicas, acompanhadas pelo orientador, de modo a contemplar os requisitos de rigor, consistência e honestidade intelectual exigidos de qualquer produção acadêmica.

O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC deve ser escrito em língua portuguesa, com padrão de formatação científica, incluindo as referências bibliográficas e configurações que obedeçam às normas ditadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

É da responsabilidade solidária entre professores, alunos e orientador evitar crimes contra a propriedade intelectual utilizando-se de plágios, cópias digitalizadas ou versões obtidas da Internet

O Coordenador do curso designará entre os professores dos diversos componentes curriculares, àqueles que serão orientadores do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, considerando o tema escolhido pelo aluno e a sua proximidade com o conteúdo do respectivo componente curricular, publicando à época própria a lista dos aluno-tema e respectivos orientadores, mediante assinatura de Termo de Compromisso entre aluno-orientador.

Respeitando o exposto no Regimento Acadêmico, caberá ao Orientador apresentar na época própria, o seu Plano Operacional de TCC constando critérios e normas que visem à avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso de maneira que sejam observadas as seguintes etapas, para montagem do projeto;

- referendar o tema escolhido através da assinatura de um aceite inicial;
- indicar a orientação técnica para a pesquisa, encaminhamentos metodológicos, fontes alternativas de consulta e bibliografia preliminar necessária à delimitação, contextualização e justificativa de relevância daquele tema. Cabe ao aluno-orientado a leitura e fichamento das fontes indicadas pelo orientador;



**IDEC - INSTITUIÇÃO DIAMANTINENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA
FACULDADES INTEGRADAS DE DIAMANTINO - FID
PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

- ler e discutir com o aluno a versão preliminar do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC;
- sugerir as alterações que julgar indispensáveis;
- assinar um documento declarando satisfatória a versão final do projeto, quando assim o considerar.

O horário de orientação deverá ser acordado entre o Coordenador do curso, o orientador e o aluno, de forma que fique garantido o cumprimento da carga horária prevista no currículo, comprovada a sua execução em fichas de registros próprias.

Na etapa de elaboração, além de acompanhar, de perto, o desenvolvimento do trabalho, ler e discutir as versões preliminares, indicar as modificações necessárias de forma e conteúdo, o Orientador deve ainda encaminhar o Trabalho de Conclusão de Curso - TCC a uma **Banca Examinadora**.

A **Banca Examinadora** que realizará a avaliação final do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC mediante defesa oral do tema, pelo aluno, será composta por três (3) professores do curso, escolhidos pelo Coordenador do curso, estando entre esses o Orientador.

O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC deve ser apresentado pelo aluno ao seu orientador em quatro (4) cópias impressas e uma versão idêntica, digitada em processador de texto e salva em mídia eletrônica, obedecendo às normas da ABNT e as definidas para configuração do documento impresso.

Recebido o Trabalho de Conclusão de Curso - TCC o Orientador, juntamente com a Coordenação do curso, processa a escolha para a composição da **Banca Examinadora**, sendo ele o presidente nato da mesma e, prepara os documentos relativos ao **Acordo de Exame**¹ e o

¹ Formulário fornecido pelo Orientador, constando a declaração de indicação de convidados e a aceitação dos nomes indicados para composição da Banca Examinadora.

Termo de Compromisso² . Em seguida, juntamente com o aluno, processa as orientações ao aluno para defesa.

O aluno terá o prazo de 48 horas após a publicação da composição da **Banca Examinadora** para pedido de impugnação justificada. Decorrido este prazo, cópias do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC serão distribuídas aos membros da banca da seguinte forma:

- um exemplar será destinado à Coordenação do curso, para registros acadêmicos;
- dois exemplares serão destinados à **Banca Examinadora**, devendo esse ser encaminhado, com a antecipação de, pelo menos, (72) setenta e duas horas, para análise prévia do conteúdo; e
- um exemplar destinado ao acompanhamento pelo Orientador.

A **Banca Examinadora** terá oito (8) dias úteis, contados a partir do recebimento do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, para enviar à coordenação do curso indicações de possíveis e/ou necessárias alterações na monografia. Estas indicações deverão ser escritas, datadas e assinadas por todos os membros da Banca.

A Coordenação do curso entregará ao aluno as indicações feitas pela Banca, depois de examinada às indicações e dada a aquiescência no prazo de dois (2) dias úteis.

A partir daí o aluno receberá de volta, três das quatro cópias entregues anteriormente e terá mais cinco (5) dias úteis para providenciar os ajustes solicitados pela Banca.

O aluno entregará, novamente, na Coordenação do curso quatro (4) cópias da versão corrigida. Caberá ao Coordenador do curso encaminhá-las aos membros da Banca, marcando a data, a hora e o local da defesa da tese pelo aluno.

² Formulário fornecido pelo Orientador, constando o compromisso de presença e a aquiescência do Calendário para apresentação e defesas.

Durante a sessão de apresentação, não será permitido ao aluno portar o exemplar do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, anotações ou qualquer outro material de estudo, literário, exceto seus documentos de identificação pessoal.

Diante da **Banca Examinadora** o aluno deve apresentar a pesquisa em *PowerPoint* ou outra mídia, em no máximo 30 (trinta) minutos, onde será argüido conforme tema e os conteúdos do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC por meio de exposição oral, em dia, hora e local previamente fixados formalmente entre o aluno, orientador e coordenação do curso e divulgados, para conhecimento público. As perguntas devem estar adequadas e compatíveis ao nível de graduação e as respostas organizadas de forma clara, objetiva e sucinta.

Na apresentação será permitida a assistência aberta aos convidados do aluno, a título de ouvinte, sem direito a voz e voto.

È considerado aprovado no Trabalho de Conclusão de Curso - TCC o aluno que obtém 70% do rendimento atendendo os critérios regimentais para avaliação adotada pela Instituição.

As decisões da Banca serão registradas em Ata própria³ e consideradas irrecorríveis.

Dado por aprovado, o aluno recebe o **Laudo Final** da **Banca Examinadora**⁴ e anexa este a uma (1) cópia ao Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, encadernando-o em capa dura, preta, com letras douradas⁵ entregando-a na Coordenação do curso, juntamente com a cópia digital salva na versão pdf, no prazo máximo de cinco (5) dias úteis, para que seja catalogado na Biblioteca da FID, passando a compor o acervo para consulta do público interno e externo, tanto como impresso para leitura como para pesquisa virtual.

Aos membros da **Banca Examinadora** será concedida a Certificação de Participação no Exame do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC do Curso de Graduação.

³ Livro próprio da Instituição

⁴ Formulário próprio fornecido pela coordenação do Curso ao Orientador, presidente da Banca Examinadora

⁵ Conforme modelo entregue pelo Orientador do Projeto.

7. POLÍTICAS DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O estágio é um momento de fundamental importância no processo de formação do aluno, pois se trata de um treinamento que possibilita ao estudante vivenciar o aprendido, tendo como função integrar as inúmeras disciplinas que compõem o currículo acadêmico, dando-lhes unidade estrutural e testando-lhes o nível de consistência e o grau de entrosamento. Por meio dele o estudante pode perceber as diferenças do mundo organizacional e exercitar sua adaptação aos meios empresariais e profissionais.

O estágio funciona como uma oportunidade do aluno vislumbrar seu futuro. Deve ser uma passagem natural do “saber sobre” para o “saber como”; um momento de validação do aprendizado teórico e prático em confronto com a realidade.

O Estágio Supervisionado tem cumprido de forma eficiente o papel de elo entre os mundos acadêmico e profissional ao possibilitar ao estagiário a oportunidade de conhecimento da filosofia, das diretrizes e do funcionamento das organizações e suas inter-relações com a comunidade.

A realização de estágios será incentivada como forma de aproximar os alunos das necessidades do mundo do trabalho, criando oportunidades de exercitar a prática profissional, além de enriquecer e atualizar a formação acadêmica desenvolvida nos Cursos.

O Estágio Supervisionado, desenvolvido ao longo do curso, sob a coordenação e supervisão do Coordenador de Estágio do respectivo curso, deverá, além dos objetivos que são inerentes à atividade, desenvolver o espírito crítico, analítico e empreendedor do aluno. Deverá complementar o processo ensino – aprendizagem, através da conscientização das deficiências individuais e incentivar a busca do aprimoramento pessoal e profissional e facilitar o processo de atualização de conteúdos disciplinares, permitindo adequar aquelas de caráter profissionalizante às constantes inovações tecnológicas, políticas, sociais e econômicas a que estão sujeitas. A atividade incentiva o desenvolvimento de potencialidades individuais, além de possibilitar à instituição um bom posicionamento social junto ao mercado de trabalho ao evidenciar a qualidade de seu curso, a partir do desempenho de seus alunos.

O Estágio se apresenta de forma clássica e obrigatória para a conclusão do curso superior em todas as carreiras universitárias. Sua realização é fundamental para a complementação/conclusão do ensino universitário, sendo este o momento de uma reflexão mais séria do estudante acerca da natureza do mercado de trabalho e das habilidades e capacidades que lhe serão exigidas. O Estágio Supervisionado deverá ser iniciado no quinto semestre letivo com o objetivo de capacitar o aluno a dominar todo instrumental necessário para intervir na dinâmica organizacional, gerencial, operacional e ambiental através do aprofundamento dos conhecimentos vinculados aos Campos de conhecimento do Curso.

O Estágio inicia o processo de conhecimento da Organização, e é capaz de levantar indicadores e analisar a situação organizacional e o contexto onde a mesma se encontra localizada, fazer um diagnóstico, identificar as fraquezas da Instituição, seus pontos fortes, as situações de entrave e analisar as possíveis intervenções. A partir do sétimo semestre letivo, de posse dos conhecimentos adquiridos e com apoio do corpo docente e das contribuições decorrentes dos seminários, ele poderá delinear um plano de ação para uma organização similar, uma monografia sobre determinado aspecto da gestão, ou até mesmo um relatório mais analítico, como resultado das observações e da própria atividade de estágio, aglutinando os subsídios recebidos durante os semestres anteriores.

Entretanto, diante da dinâmica das mudanças tecnológicas e organizacionais, torna-se imperativo uma familiarização do aluno com a realidade empresarial e /ou societária mais cedo, em razão do que o aluno, além do Estágio obrigatório para a conclusão do curso. Deste modo, será estimulado a realizar atividades complementares que se caracterizem como uma oportunidade de observação da práxis administrativa e organizacional, como forma de adquirir uma visão crítica do seu ambiente e, em especial, do universo em que se situa a sua profissão, e com o objetivo de aprofundar os estudos acerca dos fenômenos administrativos e organizacionais. Da mesma forma, como suas inter-relações com a realidade social na sua totalidade, quando terá oportunidade de verificar a aplicabilidade dos conceitos, dos métodos, formas e técnicas gerenciais, para agir com maior segurança, e até mesmo, competência quando nas atividades do Estágio Supervisionado.

Essas atividades supervisionadas, que podem envolver programações de workshops, visitas às empresas e organizações, trabalhos de campo na comunidade e trabalhos voluntários, programas de pesquisa integrados, dentre outras, deverão ser autorizadas, acompanhadas e avaliadas pela Coordenação de Estágio e pela Coordenação do Curso, além do Professor Orientador.

O Estágio Supervisionado será regulamentado pela Instituição, e gerenciado pela Coordenação de Estágio que definirá as competências do Professor Orientador e do Supervisor da organização, bem como dos estagiários, os períodos de realização, os planos de desenvolvimento e mecanismos de acompanhamento, os sistemas de controle, avaliação e processos e as atividades de socialização das experiências vivenciadas.

O Estágio Supervisionado é regulamentado pela Instituição através do Plano de Estágio Supervisionado, em consonância com o Decreto nº 87.497, de 18 de Agosto de 1982, que regula a Lei Federal nº 6.494, de 07 de Dezembro de 1977. Vale salientar que os respectivos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) podem elaborar regulamentos específicos para o Estágio de acordo com a proposta pedagógica de seus Cursos. O Estágio Supervisionado é gerenciado pela Coordenação de Estágio do respectivo Curso de Graduação, que definirá os períodos de realização, os planos de desenvolvimento e mecanismos de acompanhamento, os sistemas de controle, avaliação e processos e as atividades de socialização das experiências vivenciadas.

8. POLÍTICAS PARA A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A compreensão de avaliação é de que é parte intrínseca e integrante do processo educacional. Tem a preocupação com o sucesso do aluno, por isso se realiza sempre ao longo do processo para que imediatamente à constatação de não aprendizagem, os professores possam acudir com proposições referentes ao não domínio do que se pretendia e não como um “trabalho para ajuda na nota”, prática comum em muitas instituições.

O sentido de avaliar processualmente é a compreensão de que a intervenção pedagógica é o motor do desenvolvimento do aluno, pois permite que ele retome conteúdo/prática, fazendo deste conhecimento incorporação liberando-se para novas aprendizagens. A auto-avaliação será exercitada como uma forma de reflexão sobre seu próprio

desempenho e criação de consciência da importância de ser o maior interessado em seu próprio crescimento, conforme se discute na respectiva disciplina.

Não se pretende enfatizar a nota, mas sim a avaliação como processo para que o futuro profissional, ao passar por esta experiência, possa repeti-la com seus alunos. A avaliação neste caso centra-se no desempenho e não em respostas distantes do que o professor tenha como objetivo atingir com o seu aluno.

Por ser contínuo, esta forma de avaliar precisa se tornar do conhecimento do aluno, uma vez que ele se encontra condicionado pelo sistema tradicional, apenas com provas e trabalhos para alcançar uma nota e aqui, o professor afasta da relação de avaliação a nota e prioriza todo um comportamento de desempenho retomando os conteúdos/prática novamente e de maneira diferente para que a aprendizagem ocorra.

Estamos propondo então que entre o resultado do desempenho e a nota haja um espaço de novas aprendizagens em caso de insucesso, através do envolvimento persistente e corajoso do professor com a aprendizagem do aluno demonstrando um comportamento novo, interessado no aluno e capaz de, por esse interesse, instalar nele o desejo de envolver-se com seu desempenho e crescimento educacional.

Assim sendo eles precisam saber quais são as formas de apresentação do registro da avaliação que cada professor vai solicitar, por exemplo: através de seminários; relatórios; dramatizações; caderno de registro das atividades; preparação e realização de debates; projetos; portfólios; exposição de trabalhos com fotografias ou outro recurso; preparação de vídeo sobre experiência realizada; apresentação da leitura de um livro; relatório de visitas ou viagens, etc.

Sabedor da forma, ele também tem que participar dos momentos de reflexão nos quais o professor estará verificando seu crescimento. A cada unidade vencida, esse momento de reflexão acontece. Além dele, bimestralmente o Colegiado do Curso deve discutir o crescimento dos alunos, por todos os professores que conforme o resultado pode propor formas conjuntas de intervenção adequada a cada caso.

Os critérios básicos do rendimento escolar constam no Regimento Acadêmico da FID. A verificação do rendimento escolar deve priorizar a avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo da disciplina sobre os de eventuais provas finais.

A proposta de avaliação da aprendizagem para o curso encontra respaldo no Regimento Acadêmico, o qual estabelece que a verificação do rendimento escolar é avaliada pelo acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtidos nas provas teóricas-práticas, seminários, avaliações diárias ou trabalhos, exercícios, projetos, relatórios, estudos de casos, monografias ou outras modalidades academicamente aceitas, de acordo com as características da disciplina ou estágio, desde que constem do plano de ensino da disciplina, aprovado pelo colegiado de cada curso.

O processo de avaliação é concebido sob o prisma relacional, onde dissociado do julgamento e amparado em três dimensões: **Avaliar, Aprovar e Promover**.

Avaliar numa função de acompanhamento formativo que ocorre na relação imediata da sala de aula e que ocorre sob a responsabilidade do agente direto dos conteúdos que é o docente. Nesse campo se inserem a avaliação do ensino enquanto procedimentos da aprendizagem enquanto desempenho.

9. MECANISMOS DE NIVELAMENTO

Está prevista a implantação dos Serviços de Apoio ao Discente, com o objetivo de proceder ao acompanhamento didático e em conjunto com a Coordenadoria do Curso realizar o Programa de Nivelamento.

Além disso, com a realização das semanas acadêmicas de início dos semestres letivos, serão realizadas atividades de ambientação e acolhimento sob a responsabilidade das Coordenadorias dos Cursos que ao longo do período letivo ainda promove outros atendimentos por meio do Serviço de Ouvidoria Institucional e dos Docentes.

Esta prevista ainda, a concessão de bolsas e descontos para os alunos que demonstrem carência financeira, conforme PDI.

O nivelamento dos alunos ingressantes é realizado sempre que necessário no contraturno, por cada um dos docentes do 1ª semestre do curso. Os docentes das disciplinas básicos já no início do período letivo aplicam uma avaliação para detectar o nível de aproveitamento dos alunos, que de acordo com o resultado obtido é oferecido em turno diverso ao cursado, ou seja, em horário especial. São elaboradas aulas que abordem fundamentos oferecidos no ensino médio e que não parecem presentes no momento, mas que são fundamentais para o avanço nos conceitos básicos do curso.

10. POLÍTICAS DE APOIO AO DOCENTE

13.1. Seleção e Contratação dos Docentes

Por ocasião da contratação, haverá atenção para que dentre os critérios de seleção esteja o de maior tempo de magistério superior, seguido daquele que apresente experiência profissional na área da educação. É imprescindível que o docente das áreas de Administração e Pedagógica demonstre atuação profissional também em ações fora do exercício acadêmico.

Para compor o Corpo Docente das FID, procederá à seleção de professores, primando pelo atendimento das exigências legais no que tange a titulação (formação na área do conhecimento em que vai atuar, o nível da formação acadêmica e a experiência no exercício do magistério) e ao regime de trabalho.

Os critérios para seleção e contratação encontram-se no plano de carreira docente:

13.2-Titulação e Regime de Trabalho Docente

Aos docentes serão oferecidas atividades de aperfeiçoamento e capacitação, visando adaptação à organização curricular e o cumprimento da metodologia do ensino, da aprendizagem e da avaliação aplicadas pela CPA, conforme os respectivos Projetos Pedagógicos dos Cursos e Projeto Pedagógico Institucional.

O processo de capacitação e aperfeiçoamento do Corpo Docente se realizará por meio de encontros presenciais e a distância, oferecidos no início, e ao longo de cada período letivo.

A capacitação em serviço será realizada conforme cronograma abaixo, desenvolvida por profissionais devidamente habilitados:

13.3. Reuniões de estudos

As reuniões de estudos serão realizadas na própria instituição, com aproveitamento da programação e o plano de ação gestora, acompanhada pelos Coordenadores de curso.

13.4. Semana Pedagógica

A semana acadêmica envolverá a realização de palestras e atualizações dos profissionais da instituição e/ou convidados, sendo também um período destinado a elaboração dos Planos de Ensino e preparação das atividades letivas.

13.5. Encontros e Seminários

Por indicação da Direção o profissional poderá participar de encontros e seminários promovidos por outras e Instituições de Ensino Superior desde que ofereçam produtos e conhecimentos para utilização na área de conhecimento e de interesse.

13.6. Congresso de Educadores

A Direção permitirá, autorizará e liberará os Diretores, os Professores e o Secretário para participarem de congressos de educadores promovidos por outras IES que promovam

intercâmbio cultural e oportunizem a integração entre os participantes do processo educativo com os demais através da atualização e do aprimoramento de conhecimentos.

13.7. Objetivo do Programa:

Capacitar os participantes na utilização dos aplicativos essenciais na elaboração de aulas que possam ser exibidas via internet, computador e outras mídias disponíveis;

Contribuir para o pleno desenvolvimento dos participantes, qualificando-os adequadamente na utilização de recursos tecnológicos voltados para o ensino superior de maneira que sejam vivenciados procedimentos didáticos atualizados e contextualizados;

Promover o desenvolvimento do potencial criativo dos participantes, de modo que possam proporcionar aos seus alunos, melhor qualidade no ensino facilitando-lhes a aprendizagem e resultando em melhores avaliações.

Para a capacitação em serviço reserva 40 hora-aula da carga horária de cada docente, por semestre, para que o mesmo possa participar dos seguintes encontros e atividades:

Parte 1: Semana Acadêmica	10h
Parte 2: Estudos didático-científico	10h
Parte 3: Encontros Pedagógicos	10h
Parte 4: Acompanhamento pedagógico ao longo das aulas	10h
Total	40h

A FID contratará conforme a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e ou CONTRATOS seguindo as decisões sindicais para os docentes no que tange ao regime de trabalho, a carga horária mínima e teto básico para a remuneração expressas nas Convenções Coletivas da Categoria dos Docentes de Ensino Superior.

Na hipótese de licenças médicas, impedimentos legais ou ausências para estudos e/ou justificadas o docente será substituído em suas atividades por profissional de igual formação, que de comum acordo desenvolverá os conteúdos e as avaliações. Os professores substitutos serão selecionados dentre os inscritos no Banco de Talentos da instituição.

11. POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional visa contribuir para a melhoria da Instituição nos níveis acadêmico e administrativo. Ela tem como finalidade básica o autoconhecimento e a tomada de decisões na perspectiva de desenvolver uma educação superior com qualidade.

A avaliação Institucional é entendida prioritariamente como um ponto de partida para os ajustes necessários na Instituição. Ela é um “organizador” das idéias sobre os problemas do ensino superior. Por outro lado, ela sedimenta uma cultura de avaliação diagnóstica, onde são identificados os erros e os acertos com o objetivo de correção e melhoria.

A trajetória de auto-avaliação será construída de modo a ajustar-se a um modelo de resultados concretos que monitore os indicadores institucionais da qualidade dos serviços educacionais que prestará a sociedade onde se insere, por meio de um processo participativo que será construído coletivamente tendo como principal foco o aperfeiçoamento de sua ação educativa.

Como forma de garantir ensino de excelência e sua inserção qualificada na região, as FID desenvolverão suas atividades em sintonia com rigoroso processo de auto-avaliação institucional, concretizado mediante ações administrativas internas e externas.

À medida que as FID se projetar por sua qualidade dos serviços que prestará na área educacional, planejará a consolidação dos cursos oferecidos e a criação de novos, perseguindo uma de suas importantes metas, qual seja a de transformar-se em centro de referência educacional na Região.

A FID propõe-se, neste sentido, repensar a realidade institucional num processo sistêmico e participativo desencadeado internamente, que permita examinar criticamente suas

estruturas, suas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, bem como seu modelo de gestão institucional, com vistas a identificar, compreender e equacionar alternativas para seu aperfeiçoamento acadêmico.

Constituem princípios norteadores da avaliação Institucional, conforme Plano de Avaliação Institucional, os seguintes:

- Visualizar a avaliação institucional como processo sistêmico que busca a compreensão global da Instituição;
- promover o envolvimento participativo dos diferentes segmentos da Instituição no processo de avaliação institucional;
- Utilizar abordagens qualitativa e quantitativa como mecanismos necessários para a aferição da qualidade;
- Estabelecer paradigmas institucionais para elevar a qualidade dos serviços educacionais que oferece;
- Integrar a avaliação interna e externa como ações de complementaridade mútua;
- Associar à qualificação institucional um conjunto de ações educativas contidas em propostas e compromissos que se articulam de forma coerente;
- Manter o compromisso da Direção com a implementação das propostas resultantes do processo avaliativo.

Este processo visa a aperfeiçoar e a transformar a realidade institucional frente ao paradigma da qualidade acadêmica e de sua ação educativa, e para tanto foram estabelecidos os seguintes objetivos:

14.1. Geral

Acompanhar e aperfeiçoar o Projeto Pedagógico Institucional, promovendo a permanente melhoria e pertinência das atividades relacionadas a ensino, pesquisa, extensão e gestão.

14.2. Específicos

- Refletir sobre a Instituição na sua globalidade, identificando caminhos para a melhoria do processo educativo;
- Promover a auto-avaliação de cada curso com a participação de todos os atores envolvidos;
- Revisar a matriz curricular dos cursos superiores, os programas, as ementas das disciplinas e sua bibliografia, com o propósito de aperfeiçoá-los e adequá-los às diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Educação;
- Avaliar o desempenho docente como forma de aperfeiçoar as ações pedagógicas;
- Rever periodicamente a definição do perfil dos egressos dos cursos, para adaptá-lo às exigências do mercado de trabalho, à evolução do processo educacional e às determinações do MEC;
- Aprimorar o sistema de avaliação do rendimento escolar;
- Avaliar a inserção dos egressos de seus cursos no mercado de trabalho;
- Rever periodicamente os cursos de educação continuada que promoverá para atender as necessidades regionais;
- Avaliar o desempenho da gestão acadêmica e da gestão administrativa institucional.